Comissão decide propor regulamentação da teleaudiência

A Comissão Nacional de Integração em Tecnologia da Informação das Justiças Estaduais do Brasil reuniu-se em João Pessoa/PB, nos dias 29 e 30 de agosto, com a finalidade de traçar metas para a organização e estruturação dos trabalhos.

Na reunião, foi firmado o [Manifesto de João Pessoa](#), no qual a Comissão resolveu que a regulamentação da videoconferência no âmbito do Poder Judiciário deve ser proposta ao Congresso Nacional, por meio da Associação dos Magistrados do Brasil – AMB. A [Paraíba](#) é o primeiro Estado a se beneficiar dessa possibilidade, por meio da portaria do presidente do TJ, desembargador Marcos Souto Maior. [Goiânia](#) também acena positivamente.

O manifesto também apresentou outras quatro proposições, entre elas a ratificação do reconhecimento do Entijus como “fórum oficial de discussão das Justiças Estaduais para assuntos pertinentes à tecnologia da informação, objetivando intercâmbio de experiências e difusão de tecnologia”. E referendou a proposta de criação e instalação de uma comissão de gestão de informatização em cada Tribunal, composta de magistrados de 1º e 2º grau e de representantes da área de informática.

Histórico

A Comissão Nacional de Integração em Tecnologia da Informação das Justiças Estaduais do Brasil é responsável pela coordenação do Entijus – Encontro de Tecnologia da Informação das Justiças Estaduais do Brasil.

É presidida pelo juiz Sílvio Dagoberto Orsatto (Santa Catarina) e tem como membros os também juízes Sabino da Silva Marques (representante da região Norte) e Rômulo de Araújo Mendes (Centro-Oeste); os diretores de informática Marcos Rossi Marinho (Sudeste), Eduardo Henrique Pereira Arruda (Sul) e Sílvio Romero Pereira Leite (representante do Nordeste).

A primeira versão (I Entijus) foi realizada entre 12 e 14 de junho de 2002, em Manaus/AM. O projeto que contém o fundamento do Entijus, idealizado pelo magistrado de Santa Catarina, contou com a adesão da desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, atual presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e culminou no [Manifesto de Manaus](#).

“O trabalho esta apenas iniciando, mas acreditamos que com estes dois eventos saímos da letargia e não ficamos entregues à própria sorte, ante a passividade dos tribunais superiores em buscar soluções tecnológicas para a Justiça como um todo”, explicou o presidente, juiz Sílvio Dagoberto Orsatto.

Leia também:

[Carta aberta de SC aborda regulamentação do procedimento digital](#) (26/8/02)

[TRF de Brasília recebe petições pela Internet e dispensa originais](#) (25/11/01)

Date Created

02/09/2002